



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11840 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS COMO MAIS UMA ETAPA DA LUTA POR HEGEMONIA DOS MILITARES NO BRASIL

Handerson Fábio Fernandes Macedo - UERJ/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Glasiele Lopes de Carvalho Ribeiro - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Alex Luiz de Oliveira Vieira - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS COMO MAIS UMA ETAPA DA LUTA POR HEGEMONIA DOS MILITARES NO BRASIL

Tendo como base o materialismo histórico dialético e a partir das pesquisas em andamento dos autores, tanto no mestrado quanto no doutorado, buscamos produzir um ensaio teórico com reflexões sobre o processo de militarização das escolas como mais uma etapa da militarização da sociedade, construída por setores conservadores e pelas próprias Forças Armadas (FA). Considerando também o aprofundamento do ideário neoliberal, duas perguntas apresentam-se como centrais para nossa reflexão: De que forma o processo de militarização das escolas se relaciona com o avanço do neoliberalismo? e Como tal processo implica também na construção da hegemonia pelas Forças Armadas?

Na América Latina e, principalmente no Brasil, as FA sempre foram um importante ator político (ALMEIDA, 2007; FICO, et al, 2008; ROUQUIÉ, 1980). Olhando para a trajetória brasileira, podemos identificar diferentes momentos, como a Proclamação da República, Revolução de 1930, o Estado Novo e a ditadura militar que se seguiu ao golpe de 1964, isso para nos mantermos no período republicano e falarmos dos movimentos de maior impacto nacional, em que as FA ou assumiram o poder ou legitimaram reviravoltas da história nacional.

Argumenta-se que o processo de transição para a democracia e com instalação da Nova República, os militares continuaram a se inserir na nova ordem política, contemplados pela Lei da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, compondo a fração da “courageira da conciliação conservadora” (FERNANDES, 2020) pós-transição democrática que encontra abrigo no neoliberalismo contra a democracia.

Em nossa pesquisa, as FA são compreendidas como um partido político, dentro da acepção gramsciana. De acordo com Rouquié

as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo que conhecem em seu seio – tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica – processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais (1980, p.12, grifo no original).

As FA não representam apenas um ator político qualquer, mas um partido político, um partido militar, dotado de um projeto de poder, com uma determinada concepção de mundo, agindo com base em interesses próprios, que podem coadunar ou não com o de outros setores que dirigem a sociedade.

Marx (2011) nos informa que a burguesia, mesmo dominante no sistema capitalista, nem sempre detém o domínio e a hegemonia que gostaria. Assim, compreendemos que o processo de militarização das escolas públicas está inserido no terreno do avanço da extrema-direita na conjuntura política atual.

Para Almeida (2007), além do militarismo não se restringir aos próprios militares, ele é tratado como “o último refúgio para a garantia do conservadorismo; disciplina, ordem, autoridade, organização hierárquica e, acima de tudo, a salvaguarda dos privilégios de certas classes e ordens sociais” (ibidem, p.127).

É neste contexto que inserimos a discussão sobre o processo de militarização das escolas, entendendo que este processo cumpre um duplo papel: primeiro, como parte de um processo mais amplo, de militarização da própria sociedade; segundo, como auxiliar no aprofundamento do ideário neoliberal, garantindo os privilégios das classes dominantes.

Colégios militares não são algo novo no Brasil, porém, o processo de militarização das escolas públicas é recente, sendo seu maior expoente o estado de Goiás (LACÉ, SANTOS & NOGUEIRA, 2019). A eleição de um militar reformado para o cargo de presidente em 2018 trouxe maior ímpeto para tal processo, no qual se intensificou e ganhou novos rumos no país inteiro a partir de 2019, com o Decreto 10.004/2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM).

Apesar do PECIM criado pelo governo Bolsonaro, declaradamente conservador, há também programas estaduais criados por governos ligados a partidos considerados progressistas, como o PT. A Bahia, governada por Rui Costa, teve sua primeira escola militarizada ainda em 2018, antes da eleição de Bolsonaro. Em maio de 2022 eram 98 escolas militarizadas, distribuídas entre 85 municípios (MEUS SERTÕES, 2022).

Tal aspecto nos remete a Gramsci (2002b), reforçado por Anderson (1995), que aponta para a questão do transformismo, de forma que certos grupos são cooptados e passam a assumir determinadas pautas que, originalmente, não eram suas. Sendo assim, a militarização das escolas e, conseqüentemente, da sociedade, pode ser vista tanto em governos de direita quanto em governos tidos como de esquerda.

Apontamos as escolas militarizadas como mais um espaço de construção de subjetivação de uma sociedade militarizada. Ou seja, as escolas militarizadas funcionam como aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2002a), que auxiliam na consolidação da hegemonia da classe dominante, construindo consenso sob uma determinada perspectiva e modelo de sociedade com valores e moral conservadora.

Argumentamos que o processo de militarização das escolas públicas é inseparável do debate da militarização da sociedade e criminalização de minorias e movimentos sociais.

Assim, não é de se admirar o crescimento de tais aspectos a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, que culminou com o impeachment da presidente Dilma e com a prisão e inelegibilidade do ex-presidente Lula em 2018.

Junto a estes apontamentos, compreendemos que o avanço do neoliberalismo, com a retirada de direitos sociais e ataques a direitos civis, conquistados a duras penas, é outro aspecto intrínseco ao debate. Assim, consideramos que a militarização surge também como resultado das políticas antipopulares, de arrocho salarial, desemprego e retirada de direitos. Como aponta Anderson (1995), um Estado forte para reprimir e dismantelar movimentos sociais, mas fraco para garantir direitos básicos aos mais pobres.

Como conclusões parciais, anunciamos o processo de militarização das escolas públicas como consequência do avanço do neoliberalismo, sendo mais uma ferramenta de formação conservadora e de controle sobre a classe trabalhadora num cenário de desregulação dos direitos trabalhistas e de crescimento da desigualdade social. Anunciamos também a preocupante ingerência das FA nos espaços públicos e políticos nos últimos anos, constituindo-se enquanto partido político em busca da hegemonia.

Palavras-chaves: Militarização das Escolas; Partido Militar; Neoliberalismo;

Referências

ALMEIDA, Agassiz. *A ditadura dos generais: estado militar na América Latina – o calvário na prisão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FICO, Carlos; et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Os Cadernos do Cárcere*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

GRAMSCI, Antonio. *Os Cadernos do Cárcere*. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

LACÉ, Andréia Mello; SANTOS, Catarina de Almeida & NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v.35, n.3, p.648, dez.2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96856>>. Acesso em: 2 maio 2022

MARX, K; ENGELS, F. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEUS SERTÕES. *Militarização avança nas escolas públicas da Bahia*. Projeto Colabora. Bahia, 2022. Disponível em: <https://projctocolabora.com.br/ods4/militarizacao-avanca-nas-escolas-publicas-da-bahia/> Acesso em: 25/07/2022.

ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

